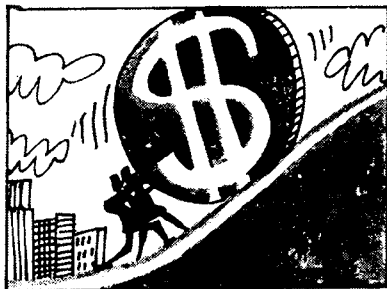


# Dívida interna vale 40% do PIB

O serviço da dívida interna, que no ano passado representou 17,85% do PIB, dará um salto no próximo ano para 40,40% do PIB, totalizando Cr\$ 347,32 trilhões. O diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU), Paulo Fontenele, explicou que o Tesouro está encurtando o prazo de vencimento deste débito, por isso aumentou tanto, e frisou que se trata da rolagem de títulos e não de despesas financeiras.

Os encargos da dívida mobiliária interna, no próximo ano, ficarão em Cr\$ 17,9 trilhões e as amortizações desta dívida, em Cr\$ 311,8 trilhões. Pedro Parente ressaltou que com a liberação da última parcela dos cruzados novos, no dia 15 de agosto passado, foram liquidados na sua totalidade os títulos de série especial (Bônus do Tesouro Nacional e Notas do Tesouro Nacional), emitidos para lastrear os recursos referenciados em moeda antiga na carteira do Banco Central.

Ele frisou, também, que a renegociação da dívida externa — atualmente em sua fase final — propiciará uma substancial redução da dívida interna. Com a conclusão deste processo, a dívida externa, hoje de responsabilidade do Banco



Central, passará à titularidade do Tesouro Nacional, permitindo, conseqüentemente, o cancelamento dos títulos que se encontram na carteira do Banco Central, servindo de garantia à dívida externa.

No que trata da lei que regula a renegociação das dívidas dos estados, Distrito Federal e municípios, o Tesouro Nacional, segundo a proposta orçamentária, deverá ser autorizado a emitir Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com pagamento trimestral de juros e prazo de 80 meses. Estima-se que o saldo das emissões destes títulos alcançará, em 31 de dezembro de 1993, Cr\$ 20,46 trilhões, a preços de abril de 1992.

A proposta orçamentária inclui uma relação com o total da dívida pública por estados a partir de 1993. O Distrito Federal já acumula uma dívida pública de Cr\$ 71,25 trilhões.